

Davos e a OMC

FOMOS ASSUMIDOS, FINALMENTE, COMO UMA DAS DEZ MAIORES POTÊNCIAS MUNDIAIS

ROBERTO RODRIGUES

A reunião do World Economic Forum (WEF), em Davos, pode ter representado um ponto de inflexão na posição relativa do Brasil em termos geoeconômicos. Em razão da "crise" brasileira, nosso país foi a grande vedete em Davos: governantes, acadêmicos, empresários e jornalistas do mundo todo queriam saber das consequências da crise, para o País, para o Mercosul, para o Hemisfério e tudo o mais. E também palpitararam bastante: de Cavallo a Stanley Fischer, de Rudi Dornbush a George Soros, conselhos e sugestões choveram sobre nós. Dolarização, "currency board", indexação, centralização cambial e outras eram expressões esgrimidas a todo instante pelos ilustres participantes do WEF.

Conclusão: o Brasil não é mais uma república de bananas – temos um peso específico maior no concerto das nações, até mesmo pelo bom trabalho realizado no exterior pelo presidente Fernando Henrique, mas, principalmente, pelos expressivos investimentos externos aqui realizados nos últimos anos, sobretudo com

as privatizações e joint ventures. Fomos assumidos, finalmente, como uma das dez maiores potências mundiais.

E é preciso que nos comportemos à altura desse novo paradigma.

O setor rural e o agribusiness brasileiros têm, assim, uma fantástica oportunidade. Trata-se da nova rodada de negociações que se iniciará na Organização

O setor rural e o agribusiness brasileiros têm, agora, uma fantástica oportunidade

Mundial do Comércio, em dezembro, para definir as regras do comércio internacional de produtos agrícolas.

A virada cambial que vivemos representou o rompimento de fortíssimas amarras que inibiam a competitividade de muitas das nossas cadeias produtivas. Produtos de exportação ganharam de imediato e também os produtos do mercado interno serão favorecidos, porque será melhor comprá-los aqui do que importar dos países concorrentes.

Como consequência, a renda rural deve crescer em 1999, apesar das cotações internacionais das principais commodities terem caído, até como reação à desvalorização do dólar internamente. Daí, aumentarão os investimentos no setor – inclusive

de estrangeiros –, a fronteira agrícola será ampliada, assim como o volume de produção, crescerá a participação brasileira no mercado mundial e, finalmente, nossa balança comercial poderá ser reequilibrada. A agricultura tem hoje a chance de cumprir seu determinismo, o de alavancar a viagem do Brasil para o Primeiro Mundo.

É claro que falta resolver a questão tributária, a taxa de juros e a redução dos custos de logística. Mas as principais amarras já foram cortadas.

Agora, acima de tudo, é preciso ter inteligência e competência para trabalhar nas discussões da OMC.

O Brasil precisa preparar-se, por meio de uma boa articulação entre o setor privado, o governo e a academia.

Em primeiro lugar, o setor privado precisa estabelecer, cadeia produtiva por cadeia produtiva, quais as suas questões principais, dando prioridade às demandas, estabelecendo o que é inegociável e o que é passível de barganha. Isso deve estar muito claramente definido e irretorquivelmente justificado.

Em segundo lugar, o governo, de forma integrada – como um todo –, deverá assumir a defesa das questões colocadas pelo setor privado por intermédio do Itamaraty.

Aí, então, vamos negociar na OMC sob essa nova posição brasileira, não mais como um coitadinho de terceira classe, mas como uma potência respeitada. Seja como integrante do Mercosul, seja como membro do Grupo de Cairns, seja isoladamente, precisamos impor nossas condições e lutar corajosamente por elas.

É claro que europeus, americanos e asiáticos deverão, a partir de nossas posições e da atual crise, recrudescer a luta pelo protecionismo. Não será uma batalha fácil. Mas precisamos entrar nela com altivez e muita base técnica.

Os nossos concorrentes já estão em campo há tempo e nós mal começamos a nossa articulação. O setor privado está organizado e negociando com o Itamaraty, com o Ministério da Agricultura e, agora, com o Ministério do Desenvolvimento. Temos o suporte da USP, da FGV e o apoio de secretários estaduais de Agricultura e da Frente Parlamentar Agrícola. Estamos com boas chances. Mas não nos podemos dividir. É imperioso trabalhar juntos.

Já está um pouco tarde, mas ainda há tempo.

■ Roberto Rodrigues, engenheiro agrônomo, agricultor, é presidente da ACI, vice-presidente da Abag e professor de Economia Rural da Unesp